

A ESCRITA DA HISTÓRIA, O(S) SENTIDO(S) E O ESQUECIMENTO

Leonardo Teixeira de Freitas Ribeiro Vilhagra¹

Resumo: O tema deste trabalho gira em torno de a interface entre a produção historiográfica de Michel de Certeau (2002), contida em “*A escrita da história*” e os pressupostos da Análise do Discurso francesa. Em relação a isso, somos guiados pelo seguinte problema: existe uma interface entre a produção historiográfica de Certeau e os pressupostos da Análise do Discurso francesa? O objetivo principal aqui é promover reflexões do procedimento teórico-metodológico concebido pelo historiador francês com a Análise do Discurso francesa, principalmente, em relação ao dito e ao não-dito associado ao conceito de esquecimento (PÊCHEUX, 1995). Acreditamos que há uma profunda aproximação entre ambos, ainda mais que essa vertente da linguística tem como meta estudar a produção de sentidos feita pelos sujeitos em qualquer situação comunicativa.

Palavras-chave: Michel de Certeau. Análise do Discurso. Esquecimento.

Abstract: *This paper discusses about the interface between the historiographical production of Michel de Certeau's (2002), in “The writing of history”, and the assumptions of the French Discourse Analysis. In this regard, we are guided by the following problem: is there an interface between Certeau's historiographical production and the assumptions of the French Discourse Analysis? The main objective here is to promote reflections on the theoretical-methodological procedure conceived by the French historian with the French Discourse Analysis, particularly in relation to the said and the non-said associated with the concept of forgetfulness (PÊCHEUX, 1995). We believe that there is a deep approximation between both, especially because this linguistic strand aims to study the production of meanings made by the subjects in any communicative situation.*

Keywords: *Michel de Certeau. Discourse Analysis. Forgetfulness.*

A escrita da história de Michel de Certeau

Como pesquisar a história? Certamente, essa pergunta foi, e ainda é feita por inúmeros historiadores ao longo do tempo. Todavia, ao lançarmos tal indagação em relação à contemporaneidade, observa-se, na visão de Nunes (2011), uma possível resposta a isso. Para ela, a pesquisa historiográfica, possui uma tendência metodológica mais flexível, abolindo

[...] a rigidez de seu discurso e compreendeu a necessidade de abarcar em sua escrita os inúmeros registros do homem no tempo. Nessa jornada, diversos materiais passam a ser utilizados, dentre eles, o uso de imagens, das narrativas orais, do discurso musicado, dos romances gráficos, e de uma infinidade outra de temas e recortes (NUNES, 2011, p. 23).

Neste viés, a tese desenvolvida pelo historiador francês Michel de Certeau a partir da obra “*A escrita da história*” se mostra como um trabalho profundamente

¹ Graduado em Letras – Português e mestrando em Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES, bolsista da CAPES. Endereço eletrônico: leonardotfrvilhagra@gmail.com.

pertinente e vinculado a tal cenário acadêmico. Especificamente no segundo capítulo denominado “*A operação historiográfica*”, Certeau teoriza acerca do ofício do pesquisador. Para ele, fazer história é uma operação historiográfica a qual se concretiza em uma pesquisa sobre outra pesquisa, de um texto sobre outro texto.

Produzir história, desta forma, vai muito além de uma atividade de caracterização, de datação, de registro fiel dos fatos e eventos ocorridos, tal qual a história objetiva do século XIX, cuja meta era buscar a “verdade” dos fatos. De modo contrário a isso, Certeau definia, na visão de Lira (2013), que “[...] o historiador não fala e nem tem a ambição de falar verdades absolutas. O discurso da história, embora deseje um efeito de real, ele não outorga uma verdade sobre o passado” (LIRA, 2013, p. 305).

A produção historiográfica está profundamente associada à representação dos “[...] mortos no decorrer de um itinerário narrativo” (CERTEAU, 2002, p. 106). Segundo essa visão, a figura dos mortos é o próprio passado que o pesquisador vai buscar “[...] um processo de significação que visa sempre ‘preencher’ o sentido da História: o historiador é aquele que reúne menos os fatos do que os significantes” (CERTEAU, 2002, p. 51).

Esse processo é feito a partir de um procedimento metodológico envolvendo três elementos. Conforme Barbosa (2015) nos mostra,

Primeiro, um Lugar, ou seja, um recrutamento, um meio, uma profissão, etc., que balizarão os limites do discurso, definindo o que pode ser dito e aquilo que será interdito; segundo, os procedimentos de análise – ou seja, a disciplina – que definirá a produção da pesquisa pelo estabelecimento de fontes, documentos e dados que trarão consigo as marcas dos possíveis ditos de um momento; e em terceiro, a construção de um texto – uma literatura, uma escrita – que estabelece uma clivagem de textos, sua organização e orientação, fazendo-os passar da —desordem à ordem, para terem finalmente um ar de inteligibilidade (BARBOSA, 2015, p. 205).

O primeiro elemento do processo de produção historiográfica é o lugar. Não se trata de um espaço físico, mas sim

[...] um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade (CERTEAU, 2002, p. 65).

Aquele que pesquisa a história está inserido em um contexto, no qual “[...] se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2002,

p. 66). Tal lugar intervém na pesquisa. Estudar, por exemplo, a Ditadura Militar brasileira dentro da Universidade é diferente de estudá-la dentro de um Quartel.

A formulação de uma pesquisa histórica está intrinsecamente ligada às instituições sociais. Como o historiador francês evidencia, esse lugar

[...] se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. (CERTEAU, 2002, p. 77).

Infere-se que esse elemento possui uma dupla faceta, permitindo e proibindo olhares, focos e percepções. Na visão de Barbosa (2015), não considerar isso “[...] é de se produzir discursos historiográficos atópicos ou legendários, que por mais que aparentem rigor e neutralidade, esconderiam intenções e influências” (BARBOSA, 2015, 206).

À medida que o lugar delimita a ação do pesquisador, há o segundo elemento de produção histórica, a pesquisa. Ela é uma intercessão por meio de técnicas e métodos que artificializa a natureza, transforma-a

[...] em ambiente e, assim modifica a natureza do homem. Colocando-se ao nível desta prática, não mais se encontra a dicotomia que opõe o natural ao social, mas a conexão entre uma socialização da natureza e uma "naturalização" (ou materialização) das relações sociais. [O historiador] trabalha sobre um material para transformá-lo em história (CERTEAU, 2002, p. 79).

A pesquisa não é só uma mera triagem, ou separação de um registro qualquer, é também, conforme Barbosa (2015) afirma, uma série de “[...] alterações, recortes e omissões que podem aprofundar ou mesmo distanciar o resultado de sua intenção original” (BARBOSA, 2015, p. 207). Essa atividade precede o objeto pesquisado, modelando-o, pois, segundo Ohara (2012),

Quando separa, o historiador desloca o material, reorganiza sua composição e constrói uma ordenação (mais ou menos cronológica, mais ou menos teleológica) que só pode ser exterior ao objeto, uma vez que ele já não é mais o material bruto (OHARA, 2012, p. 461).

Por fim, existe o terceiro e último elemento de produção da história. Partindo de um lugar social, após realizar a pesquisa do objeto visado, o pesquisador caminha para a última etapa: o texto.

Nas palavras de Certeau (2002), aparentemente, a pesquisa - nas suas escolhas e recortes - pode não ter fim. Mas, ela precisa ser materializada na escrita, pois o texto

deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar. Também o conjunto se apresenta como uma arquitetura estável de elementos, de regras e de conceitos históricos que constituem sistema entre si e cuja coerência vem de uma unidade designada pelo próprio nome do autor (CERTEAU, 2002, p. 93).

Ao se escrever o fruto da pesquisa, existe a produção de uma interpretação específica por parte do pesquisador. Para o historiador francês, isso se evidencia, uma vez que

a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma "lição"; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos (CERTEAU, 2002, p. 94).

Em virtude dessa perspectiva de “impor uma lição”, aliada à “morte no meio dos vivos”, é perceptível uma tensão entre a produção de um texto no qual um significado predomina, enquanto outros são sepultados. Considerando isso, o autor nos alerta que o texto, e, por sua vez, o fazer histórico produz “[...] na encenação cronológica, a referência de todo o relato a um *não-dito* que é o seu postulado” (CERTEAU, 2002, p. 96, grifo nosso).

Isso representa as versões dos fatos submersos no anonimato, esperando por quem possa trazê-los para a superfície. Segundo Irene Cardoso (2000), indo ao encontro de Certeau, é necessário,

Um trabalho de construção em história para o qual estas "ausências" signifiquem também *construções* de silêncios, de lacunas, de não-ditos, cujos sentidos embora apagados possam ter se constituído (CARDOSO, 2000, p. 5).

Então, a partir da tese elaborada por Michel de Certeau, fazer história implica um procedimento, um modo de atuação o qual não almeja buscar a Verdade dos fatos, dos eventos históricos, mas sim um trabalho de construção de significação de algum evento, fato do passado. Esse procedimento compreende três etapas: a primeira é o lugar

do historiador, ou seja, o contexto sociocultural, político e econômico específico no qual ele se encontra. Isso acarreta em uma “topografia de interesses”, privilegiando e excluindo determinados temas. A segunda é a pesquisa a qual, através de técnicas e metodologias próprias, organiza o documento de análise, dando-lhe historicidade. Por fim, existe a terceira, que é o texto. Nele, o pesquisador produz a escrita na qual se encontra a interpretação alcançada. Contudo, o texto promove uma tensão entre significados evidenciados e significados silenciados, de ditos e não-ditos.

O cerne deste trabalho se encontra exatamente na questão do dito e não-dito, de sentidos emergidos e de submersos no momento do produto final do historiador, ou seja, o texto. Na próxima sessão, assim, vamos esmiuçar e refletir acerca de como, de que maneira esse processo de construção de significação do procedimento de escrita da história de Certeau pode ser explicado à luz da ciência da linguagem, essencialmente, na vertente da Análise do Discurso francesa.

Análise do Discurso, o sentido e o esquecimento

O fascínio da linguagem pelo homem é imemorial. Existem estudos datados desde o século V a.c., tanto na antiguidade clássica, quanto na antiguidade oriental, que objetivavam refletir sobre aquela. Com o passar do tempo, várias áreas do conhecimento, tais quais a Filosofia, a História, a Filologia, a Sociologia, a Psicologia etc., mostraram interesse em pesquisá-la. Todavia, apenas na transição do século XIX para o XX é que surgiu uma disciplina independente a qual elegeu a linguagem como objeto de estudo. A Linguística.

Porém, não se deve reduzir os estudos linguísticos somente ao da Gramática, como comumente se afirma. Segundo Eni Pierucci Orlandi, a Linguística

Distingue-se da gramática tradicional, normativa. Ela não tem como essa gramática, o objetivo de prescrever normas ou ditar regras de correção para o uso da linguagem. Para linguística, tudo o que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão. Mas não é qualquer espécie de linguagem que é o objeto da linguística: só a linguagem verbal, oral ou escrita. (ORLANDI, 2009, p. 10).

Logo, não se estuda a linguagem a partir do prisma de decretar uma forma ideal de se comunicar, em detrimento das demais, mas sim tudo relacionado à linguagem, principalmente, na sua manifestação verbal, seja na modalidade oral, ou escrita.

No período da emancipação da Linguística enquanto ciência, o seu principal expoente foi Ferdinand de Saussure, cuja obra inaugural é “*Curso de linguística geral*”. Nela, Saussure (2012) conceituou o objeto da linguística, bem como o aparato teórico e método de pesquisa da ciência da linguagem.

Respectivamente, para o autor, o linguista (o cientista da linguagem) tem como objeto de pesquisa qualquer língua natural que exista (a língua portuguesa, a língua tupi, a língua hindu etc.), o aparato teórico do qual ele serve é o estruturalismo, o qual enxerga as línguas naturais como um sistema de signos linguísticos, os quais estão inseridos em uma regra própria e dentro de um período de tempo específico, sendo da responsabilidade do linguista examinar a regularidade, as regras de formação desses signos, qual a relação entre eles, como eles se comportam nos diversos níveis (sintáticos, morfológicos, fonéticos etc.). Já o método de pesquisa se alicerça nas denominadas dicotomias: sincronia e diacronia, sintagma e paradigma, significante e significado e, por fim, língua e fala, as quais, adiante, serão mais aprofundadas.

Acerca da dicotomia língua e fala, Saussure definiu a primeira como

[...] um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, p. 41, 2012).

A segunda é tida tal qual “[...] um ato individual [...], as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal” (SAUSSURE, p. 45, 2012). Para o mestre genebrino, o linguista deve priorizar o estudo da língua, pois nela em que está a regularidade, nela em que estão as regras que estruturam o objeto de estudo. A fim de ilustrar essa situação, o cientista da linguagem, tendo o estruturalismo como prisma teórico, deve priorizar analisar as regras de formação dos verbos no presente do indicativo da língua portuguesa, do que o motivo pelo qual um falante do português, em uma situação de discussão com um afrodescendente, chama-o de “negro safado”.

Devido a essa prerrogativa teórica, segundo Costa (2012), ao não analisar a fala, ou seja, a manifestação individual da língua pelo falante, “[...] toda preocupação extralinguística é abandonada, e a estrutura da língua é descrita apenas a partir de suas relações internas” (COSTA, 2012, p. 116). Isto é, o extralinguístico diz respeito ao contexto sócio-histórico dos falantes, as classes sociais deles, as orientações políticas de cada um etc.

Por muito tempo, o estruturalismo, enxergando a língua enquanto sistema, foi a perspectiva teórica predominante nos estudos linguísticos. Entretanto, em meados da década de 60 do século passado, isso começou a mudar. Com as agitações populares em 1969 da França, houve igualmente um movimento de contestação epistemológica nas universidades francesas. Neste cenário, surge uma vertente da linguística que teve uma postura mais interdisciplinar ao estudar a linguagem. Nasceu, assim, a Análise do Discurso.

Não há um fundador específico dela, contudo, existe um consenso em que se atribui a alguns autores, principalmente, a Michel Pêcheux tal função. Inicialmente, ele articulou três disciplinas diferentes: o materialismo-histórico, representado por Marx e, principalmente, Althusser; a psicanálise lacaniana e, por fim, a linguística estruturalista, aliás, por isso, na visão de Orlandi (1996), a AD é considerada como uma disciplina de entremeio, interdisciplinar.

Ainda em Orlandi (2016), a Análise do Discurso não vai simplesmente unir essas três frentes, e sim “vai colocar questões à Linguística que, ela, Linguística, não se colocaria, pois afirma a autonomia, fechamento do sistema [o estruturalismo]” (2016, p. 97), em consideração à psicanálise e à história, a AD vai questionar a “não transparência da linguagem”, ou seja, a relação entre uma palavra e o sentido dela não se dá de modo transparente, e sim de modo opaco, sendo influenciado por elementos extralinguísticos.

Segundo Pêcheux,

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição, etc. não existe em “si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir em tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...] (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifos do autor).

Articulando a linguística, a psicanálise e a história, a Análise do Discurso, assim, elegeu o seu objeto de estudo como sendo

[...] a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aqui que faz do homem um ser especial com a sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível

tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e a da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2015, p. 13).

Levando-se em consideração tais características, deve-se mencionar o papel do sujeito do qual o discurso é oriundo. Inclusive, a contribuição da psicanálise, através de Freud e de Lacan, neste momento, é perceptível e vital.

Com os estudos psicanalíticos desenvolvidos por Sigmund Freud acerca da instância psíquica do inconsciente, o sujeito enquanto ser homogêneo é abalado. Para Helena Brandão (2004), o sujeito será tratado como *dividido, clivado e cindido*, tendo em vista que ele é

[...] o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano. Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), é o elemento de subversão que provoca a cisão do eu. Essa divisão do sujeito não significa, entretanto, compartimentação nem dualidade (BRANDÃO, 2004, p. 67).

Tendo como alicerce as considerações do psicanalista alemão, Lacan toma o conceito de inconsciente de Freud e o aprofunda, relacionando-o diretamente com a linguagem, a qual é condição para o não consciente existir. Fazendo menção a Lacan, Fernanda Mussalim afirma que

[...] o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. A tarefa do analista seria a de fazer vir à tona, através de um trabalho na palavra e pela palavra, essa cadeia de significantes, essas ‘outras palavras’, esse ‘discurso do Outro’, isto é, inconsciente, lugar desconhecido, estranho, de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, enfim, do Outro e em relação ao qual o sujeito se define, ganha identidade (MUSSALIM, 2001, p. 119).

O sujeito, enquanto dono único de seus atos, cai definitivamente por terra. Não se pode atribuir autoridade plena ele. Além disso, há mais um fator que o leva a crer que é livre para dizer o que quer, mas “[...] sem que se tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa” (MUSSALIM, 2001, p. 122). Isso, para Pêcheux, é a ideologia, a qual se manifesta, principalmente, através da linguagem.

O autor francês observa que

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, devendo entender-se este último adjetivo não como “que

afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 152).

A ideologia, para a AD, é fruto do materialismo histórico não só de Marx, mas essencialmente, o de Louis Althusser. Ela possui várias acepções para diversos autores. Para o filósofo alemão, no entanto, ela é um instrumento ilusório da superestrutura social, a qual é utilizada pela classe dominante em associação à classe dominada, promovendo o seu modo de produção e de relação social. Em síntese, é um elemento de mascaramento da realidade.

Contudo, em sua obra “*Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*”, Althusser (1992) aprofunda tal conceito desenvolvido por Marx, afirmando que a ideologia possui existência material, a qual leva não só a reproduzir a força de trabalho, como também as regras da ordem estabelecida. Porém, não há somente a ideologia da classe dominante. Existem, pois, ideologias de outras instituições, tais quais a igreja, a família, a escola etc.

Em relação ao autor francês, Mussalim (2001) atesta que ele diferencia

[...] uma “teoria das ideologias particulares”, que exprime posições de classe, de uma “teoria da ideologia geral”, que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares. É nesse último aspecto que reside o interesse do autor. (MUSSALIM, 2001, p. 115).

Em consideração a isso, Michel Pêcheux resgata tal conceito de Althusser no que tange ao condicionamento do sujeito a desempenhar um papel dentro de um espaço em um contexto sócio-histórico, isto é, ocupar um lugar dentro de uma classe social específica de uma formação social específica, lembrando que essa classe coexiste com outras, ora estabelecendo atitudes de aliança, ora de antagonismo, ora de dominação. Para Haroche *et al.*, a coexistência dinâmica entre formações sociais é denominada como formação ideológica, a qual é

Um elemento susceptível de interferir como uma força confrontadora com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relações às outras (HAROUCHE *et al. apud* BRANDÃO, p. 47, 2004).

Inserido no referido “conjunto complexo de atitudes e de representações”, direcionaremos nossos olhos para as atitudes e representações relativas ao dizer. Nesse con-

junto, existe o controle do que deve, e do que não deve ser dito por esse sujeito, ou seja, a formação discursiva (doravante FD). Ela, para Pêcheux e Fuchs,

Pertencem ao *gênero ideológico*, o que é mesmo que dizer que as formações ideológicas, (...) comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX e FUCHS, 1990, p. 166-167, grifos dos autores).

Neste viés, a formação discursiva é a representação, no discurso, da formação ideológica correspondente. Em decorrência disso, há um deslizamento, uma volatilidade do sentido, como nos mostra Orlandi (2015),

Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2015, p. 41).

Dessa forma, uma mesma palavra expressa em contextos distintos, por sujeitos distintos, permeados por ideologias, formações ideológicas distintas e por formações discursivas distintas, acarreta não em “o” sentido, mas em sentidos. Para Maria Cristina Leandro Ferreira (2010),

[...] como ocorre com o sujeito, o sentido nunca é individual, nem tampouco apresenta-se como já produzido. [...]. Esta determinação histórica tanto do sentido, quanto do sujeito faz com que eles não sejam entendidos como naturais, transparentes, mas sejam pensados em sua contradição e espessura (FERREIRA, 2010, p. 6).

Não se concebe o sentido, portanto, como algo literal, único e transparente, ou seja, que existe um reflexo direto entre ele e a realidade. O que existe é um sentido não-literal, multifacetado e material. Inclusive, Possenti (2009c) concebe-o como efeito, um produto da enunciação de um sujeito em uma determinada situação histórica-ideológica específica.

Além disso, outro fato relevante a ser considerado em relação ao sentido e às FD é que essa comporta FDs diferentes, porque, na visão de Mussalim (2001),

Uma formação discursiva não pode ser concebida como homogênea ou como um espaço estrutural fechado, visto que, pelo fato de suas condições de produção serem contraditórias, ela se constitui como um espaço constantemente invadido por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas.” (MUSSALIM, 2001, p. 139).

Conforme a linguista nos mostra, uma FD não possui uma fronteira delimitada, uma vez que é atravessada por outras, as quais, inclusive, são resgatadas de um período anterior ao do momento presente do momento do dizer, formando sentidos. Com a finalidade de ilustrar de maneira mais eficaz isso, Orlandi (2015) relata uma situação hipotética: um sufrágio universitário.

Ao descrever a cena, a autora nos evidencia que

Logo na entrada [da universidade], vê-se uma grande faixa preta com o seguinte enunciado em largas letras brancas: ‘vote sem medo!’, seguido de uma explicação sobre o fato de que os votos não seriam identificados. Logo abaixo, o nome de entidades de representação de funcionários e professores (ORLANDI, 2015, p. 26-27).

Ao examinar esse momento - fictício, mas verossímil -, a professora da UNICAMP nos mostra que tal acontecimento não foi feito de modo aleatório, muito mesmo de forma neutra. Tudo o que está na cena mobiliza uma memória específica e engendra sentidos. Por estarem em um contexto de votação, as características políticas são acen tuadas pela faixa estendida. A cor negra remete ao fascismo, ao reacionário, ao grupo político da “direita”. Nos dizeres “vote sem medo”, nota-se que eles instigam no(a) leitor(a), no mínimo, dois sentidos: 1) algum candidato pode estar ameaçando os opositores e 2) a palavra “medo” propõe que há perigo ao votar.

De outro modo, a autora sugere uma paráfrase desse caso anterior. Em vez da faixa negra, há

[...] uma faixa branca escrita em vermelho: ‘vote com coragem!’. Nesse outro modo de dizer, outras palavras e outras cores seriam mobilizadas produzindo outros efeitos de sentidos. A cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras. Sobre o fundo branco, as palavras ‘com coragem’ fazem apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta (ORLANDI, 2015, p. 27).

Em cada situação de enunciação, existem não só uma formação discursiva específica, como também, paralelamente, outras formações discursivas. Ao se pensar no posicionamento político “direita”, remete-se, ainda que indiretamente, à “esquerda”. Ao lidar com a “democracia” (representada pela votação), alude-se ao, por exemplo, “totalitarismo”. Além disso, deve-se frisar que a produção de cada sentido, de algum modo, já foi feito em alguma situação anterior, isto é, nem sempre eles não são novos, muito menos originais.

Isso se deve ao fato de que cada FD está inserida no chamado interdiscurso, conceito desenvolvido por Pêcheux (1995). De modo conciso, Orlandi nos mostra que o interdiscurso

[...] é definido como aquilo que fala antes, em um outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (PÊCHEUX, 2015, p. 29).

Retomando o caso da eleição universitária e das duas faixas de votação, ela atesta que

No caso que analisamos, tudo o que já se disse sobre voto, sobre eleições, sobre eleitores e também todos os dizeres políticos que significam, em diferentes candidatos, os sentidos da política universitária estão, de certo modo, significando ali. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que aquela faixa diz. São sentidos convocados pela formulação: *vote sem medo!* Que pressupõe, entre outras coisas, na experiência política que temos, que as pessoas têm medo de votar, não votam livremente etc. Experiências passadas, de ditaduras, de governos autoritários são ressignificados por esse enunciado. Só que, como ele próprio vem escrito em uma faixa negra, acaba por trazer, ele também, essa memória, ao invés de rompê-la colocando-se fora dela, falando com ‘outras’ palavras (ORLANDI, 2015, p. 29-30, grifo da autora).

Existe, assim, um caráter coletivo do dizer e do sentido, não é uma propriedade exclusiva do sujeito. Aliás, a pesquisadora reitera o não domínio das palavras por ele, uma vez que elas transmitem sentido ao longo da história e da língua,

O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2015, p. 30).

Tal falta de acesso e de descontrole é fruto de um desdobramento do interdiscurso através do conceito elaborado por Pêcheux (1975) denominado esquecimento. Esse é aquilo que já foi falado, o qual fez sentido anteriormente e se transformou em uma espécie de anonimato, mas que, constantemente, nós o revisitamos de uma forma seletiva, pois “[...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 2015, p. 32). Conforme Pêcheux nos mostra, existem dois tipos de esquecimento. O esquecimento número 2 acontece, quando o sujeito

‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no en-*

tanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1975, p. 173, grifos do autor).

De outra forma, Pêcheux e Fuchs (1975) concebem que esse tipo de esquecimento promove uma escolha linguística efetuada por todo o sujeito

[...] em que, no interior da formação discursiva que o domina, elege algumas formas e sequências que se encontram em relação de paráfrase e ‘esquece’, oculta as outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade. (apud BRANDÃO, 2008, p. 82-83).

Em relação ao esquecimento número 1, o qual é mais profundo do que o anterior, o sujeito “[...] não pode, por definição, se encontrar no exterior de uma formação discursiva que o domina”. (PÊCHEUX, 1975, p. 173).

De modo análogo, esse tipo de esquecimento coloca aquele

[...] como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. De natureza inconsciente e ideológica – daí ser o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia -, é uma zona inacessível ao sujeito, aparecendo precisamente, por essa razão, como o lugar constitutivo da subjetividade. (PÊCHEUX e FUCHS apud BRANDÃO, 2008, p. 82).

Nesse processo, o sujeito renega e desconsidera elementos que estejam fora da sua formação discursiva, tornando-o aparentemente o criador absoluto de seu discurso. Ele, assim, possui uma natureza heterogênea, ou seja, existem uma tensão entre o dito e o não-dito que, através de um trabalho do sujeito através do esquecimento, transforma o discurso tal qual a forma de um “concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer ‘apagando’ as vozes discordantes” (BRANDÃO, 2008, p. 83).

Considerações finais

Retomando o Certeau, o procedimento da escrita da história é feita a partir de uma metodologia embasada em de três elementos: O Lugar ocupado pelo pesquisador, o qual vai guiá-lo a desenvolver uma pesquisa e, por fim, a elaboração de um Texto. A partir desse último, o historiador o produz, com o intuito de “preencher” a lacuna da história, dando-lhe significado, produzindo sentido, mas desconsiderando outros, isto é, o dito e o não-dito.

Contudo, a elaboração do texto, sendo feito a partir de um artigo científico, de um ensaio, de uma monografia, de uma tese de mestrado etc., é, para a Análise do Discurso, o objeto no qual o discurso se materializa. Consoante a Orlandi (2015),

[...] o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas etc. Uma letra “O”, escrita em uma porta, ao lado de outra com a letra “A”, indicando-nos os banheiros masculinos e femininos, é um texto pois é uma unidade de sentido naquela situação.

[...]

Ser escrito ou oral também não muda a definição de texto. Como a materialidade conta, certamente um texto escrito e um oral significam de modo específico particular a suas propriedades materiais. Mas ambos são textos.

Se o texto é unidade de análise, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa. [...] o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica (ORLANDI, 2015, p. 67).

O texto passa a ser o local onde o discurso se materializa. Ao finalizar o trabalho historiográfico, o(a) historiador(a) produz um discurso e também produz um conjunto de sentidos. Esses, porém, não são feitos, para a AD, de modo aleatório, muito menos de maneira neutra, imparcial e isenta. Inclusive, desde quando está no primeiro passo a partir do lugar social e da pesquisa, o historiador já possui filiações ideológicas que o orientam até culminar na confecção final do texto.

A produção do texto pelo historiador, portanto, é feita por elementos além-sujeito, e os sentidos construídos a partir dele referentes ao objetivo da pesquisa são regidos, principalmente, pelo esquecimento (Pêcheux, 1995). O historiador engendra sentidos e esquece outros. Os dizeres estão postos no interdiscurso e, dependendo da filiação ideológica, bem como as formações discursivas nas quais o pesquisador está inserido, há um direcionamento e selecionamento da significação. Ademais, em decorrência dos esquecimentos 1 e 2, dá-se a aparente ideia de autonomia do sujeito e de utilização desses sentidos com essas palavras, e não com aquelas.

Portanto, a metáfora do sepultamento dos mortos dos quais Certeau (2002) havia afirmado em relação à escrita da história, ou seja, o dito e o não-dito, está diretamente ligado aos pressupostos da Análise do Discurso. Com essas reflexões, não só pretendemos enriquecer e aprofundar mais sobre o procedimento teórico e metodológico desenvolvido por Michel de Certeau, como também dar uma abordagem linguística-discursiva à história, a qual, como todo campo do saber, necessita da linguagem para se relacionar e interagir com os sujeitos e com o mundo.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1970/1992.

BARBOSA, Adriel Moreira. Tempo e lugar em Michel de Certeau implicações para os estudos de religião. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 17, n. 23, p. 203-215, ago-dez. 2015. Disponível em:<http://www.seer.ufrgs.br/CienciasSociaisReligiao/article/viewFile/53442/35798>. Acesso em 15 de abril de 2017.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CARDOSO, Irene. Narrativa e História. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(2): 3-13, novembro de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a2>. Acesso em 17 de abril de 2017.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, v. 24, n 48, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636>. Acesso em 05 de maio de 2017.

LIRA, Silvano Fidelis de. **Um pensamento inquieto: os caminhos de Michel de Certeau**. *Aedos*, n 13, vol. 5 - Ago/Dez, 2013.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

NUNES, Daniela. Pesquisa historiográfica: desafios e caminhos. **Revista de Teoria da História**, Ano 2, Número 5, junho/ 2011. Disponível em: http://www.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo_2._NUNES.pdf. Acesso em 13 de abril de 2017.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. O historiador como passeur: considerações sobre Michel de Certeau e o ofício do historiador. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15152/11837%20Ohara>. Acesso em 15 de abril de 2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Autoria e Interpretação in: Interpretação. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ. Vozes: 1996.

_____. **O que é linguística?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed, Pontes Editora, Campinas, SP, 2015.

_____. **Apontamentos sobre discurso, imaginário social e conhecimento**. Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso. 06/2016, ed. 1, Pontes, pp. 20, pp.95-114, 2016.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. Trad. P. Cunha. In: GADETH, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma

análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à formação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009c.

SAUSSURE, de Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira de: Isaac Nicolau Salum; [tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein]. – 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.